



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS

Cidonea Machado Deponti¹

Sergio Schneider²

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar a ação da extensão rural no processo de diversificação produtiva da agricultura familiar em Dom Feliciano-RS. Para tanto, buscou-se compreender os diferentes significados atribuídos à cultura do tabaco pelos agricultores e suas diferentes concepções de diversificação produtiva. Utilizou-se como técnica de coleta de dados a observação participante e a aplicação de 40 entrevistas com base em roteiro semiestruturado. Concluiu-se que há um paradoxo – os que mais necessitam de assistência técnica são os que menos acessam o serviço. A ação da extensão rural ainda está focada na intervenção, propiciando poucas relações de interface e de mediação social. A ideia de um modelo único de produção e de

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (PPGS/UFRGS). E-mail: cidonea@unisc.br.

² Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS), ambos da UFRGS. Pesquisador CNPq. E-mail: schneide@ufrgs.br

intervenção para uma realidade social tão diversa é falha, pois, embora os agricultores tenham em comum o fato de serem produtores de tabaco, esta homogeneidade de cultura produtiva não implica, por consequência, uma homogeneidade social das unidades produtivas e menos ainda dos projetos e dos desejos dos membros das famílias.

Palavras-chave: *extensão rural, desenvolvimento, diversificação produtiva, produção de tabaco.*

Abstract: *The main objective of this article is to analyze the action of the rural extension in the process of productive diversification of the family agriculture in Dom Feliciano-RS. For so much, it was looked for to understand the different meanings attributed to the culture of the tobacco by the farmers and its different conceptions of productive diversification. It was used as technique of collection of data the participant observation and the application of 40 interviews with semi-structured script. It was ended that there is a paradox - the ones that more needs attendance technique are the ones that less acess the service. The action of the rural extension is still focus in the intervention, propitiating little interface relationships and of social mediation. The idea of a model production only-pattern and of intervention for such a several social reality is I fail, although the farmers have the fact in common of they be producing of tobacco, this homogeneity of productive culture doesn't imply, for consequence, a social homogeneity of the productive units and less still of the projects and of the desires of the members of the families.*

Keywords: *rural extension, development, productive diversification, tobacco production*

I. Introdução

O objetivo principal deste artigo é analisar a ação da extensão rural no processo de diversificação produtiva da agricultura familiar em Dom Feliciano-RS (Projeto Piloto de Diversificação Produtiva do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA). Para tanto, buscou-se compreender os diferentes significados atribuídos à cultura do tabaco pelos agricultores e suas diferentes concepções de diversificação produtiva.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco foi lançado em outubro de 2005, no contexto da ratificação pelo Senado brasileiro da Convenção-Quadro³ para o Controle do Tabaco (CQCT), da Organização Mundial da Saúde (OMS). A coordenação deste programa foi assumida pela Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, objetivando articular as políticas públicas para a agricultura familiar com os programas de diversificação da produção e da renda em áreas fumicultoras, buscando atender aos artigos 17 e 18 da CQCT/OMS e preparar os agricultores para a possível retração na demanda de fumo no mercado (GREGOLIN, 2010).

O objetivo do programa é “apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzam fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e de qualidade de vida às famílias”. Em termos de números, o programa de diversificação envolve: 80 mil pessoas, 600 municípios, 60 projetos de assistência técnica e extensão rural, de capacitação e pesquisa e um montante de 12 milhões de reais investidos (GREGOLIN, 2010, p.9).

O projeto piloto para a geração de referências para a diversificação da produção e da renda em áreas de fumo foi realizado no Município de Dom Feliciano/RS. Este município encontra-se na zona sul do Rio Grande do Sul, na microrregião de Camaquã, distante, aproximadamente, 110 km de Rio Pardo, 200 km de Candelária e 140 km de Santa Cruz. Em uma área de 260,2 km², o município é formado por um relevo acidentado e é basicamente rural, apresentando uma população total de 14.380 habitantes em que 3.334 pessoas vivem na área urbana e 11.046 mil na rural (Prefeitura Municipal, 2014).

³A Convenção-Quadro surge das reivindicações da sociedade civil frente às informações sobre os problemas que o cigarro pode causar à saúde humana. Em fevereiro de 2004, o tratado internacional contra o tabagismo entrou em vigor, propondo mudanças na oferta e na demanda de cigarro em todo o mundo. Ratificado por 57 países – dos 192 membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), o tratado obteve a aprovação mais rápida na história das Nações Unidas. Em outubro de 2005, o Brasil ratificou o tratado (GREGOLIN, 2010).

Distante 170 km da capital do estado, tem população composta por descendentes de imigrantes poloneses que chegaram à região em 1861.

O caso específico de Dom Feliciano não destoa da situação da metade sul, pois o município apresenta baixa industrialização, desenvolvimento econômico e social aquém das condições mínimas. O espaço rural apresenta basicamente pequenas propriedades na Encosta da Serra do Sudeste, em que há predominância da cultura do fumo, e médias e grandes propriedades na Serra do Sudeste, em que predomina a pecuária extensiva.

A matriz produtiva do município, na safra 2008/2009, incluiu majoritariamente a produção de fumo (86,3%), com outras culturas aparecendo com pouca expressividade – madeira (9,45%), bovinos (2,27%), leite (0,27%), milho (0,19%). Em 2010, foram cadastradas 2.434 famílias produtoras de tabaco, produzido em 5.721 hectares e gerando renda total estimada em R\$ 61,6 milhões. Em termos sociais, há 1.295 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (AFUBRA, 2009 apud GREGOLIN, 2010).

De acordo com Gregolin (2010), na avaliação dos gestores municipais, os desafios são econômicos e sociais. Apesar de a cultura do tabaco contribuir para um PIB municipal em torno de R\$ 130 milhões, variáveis associadas à saúde, à educação e ao meio ambiente apresentam índices preocupantes, refletindo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que foi de 0,73 e taxa de pobreza em torno de 16,8% no ano de 2009 (Prefeitura Municipal, 2010).

Conforme trabalho de Souza (2001) há 15 tipos de sistemas de produção⁴ praticados pelos agricultores na Encosta da Serra do Sudeste: a) Fumicultor empresarial; b) Fumicultor empresarial diversificado; c) Fumicultor mecanizado familiar; d) Fumicultor de tração animal familiar; e) Fumicultor familiar diversificado; f) Fumicultor – parceiro

⁴ Os sistemas de produção com suas tipologias não têm limites estanques e poderão até miscigenar-se, dependendo de determinadas circunstâncias, como mão de obra disponível, preços dos produtos agrícolas, disponibilidade de terras, recursos, políticas públicas e oportunidade.

(familiar); g) Fumicultor diarista familiar; h) Fumicultor arrendatário; i) Agricultor empresarial diversificado; j) Agricultor familiar diversificado; k) Aposentado proprietário; l) Aposentado não proprietário; m) Produtor intermediário; n) Comerciante; o) Diarista.

Dos 15 tipos de sistemas de produção verifica-se que oito estão voltados à produção do tabaco. Este fato denota a importância da fumicultura para o Município de Dom Feliciano-RS e justifica a preocupação dos fumicultores com a ratificação do tratado da Convenção-Quadro.

O presente artigo está dividido em seis seções, além desta introdução. A primeira seção trata da ação da extensão rural, detendo-se em uma análise mais teórica sobre a mediação para o desenvolvimento. Na segunda seção apresenta-se a metodologia, composta pela descrição da técnica de coleta e de tratamento dos dados; também se descreveu o primeiro contato com o empírico. A terceira seção discute os resultados da pesquisa relativos aos programas e/ou políticas para diversificação produtiva em que a extensão rural está envolvida. A quarta seção analisa os diferentes significados atribuídos à cultura do tabaco pelos agricultores e suas diferentes concepções de diversificação produtiva. A quinta seção estuda a ação da extensão rural no processo de diversificação através do projeto piloto de Dom Feliciano. Para finalizar, são apresentadas as considerações finais.

A AÇÃO DA EXTENSÃO RURAL COMO MEDIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A compreensão de que o desenvolvimento socioeconômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando o crescimento e o progresso, favoreceu a redução da ideia de desenvolvimento à de modernização. Durante muito tempo, as teorias do desenvolvimento agrícola consideravam que a extensão rural seria o instrumento por excelência de substituição de fatores atrasados e tradicionais por modernas tecnologias. Sob a perspectiva de que os agricultores precisam ser tecnologicamente modernizados, foi concebida uma estrutura institucional, bem como difundida uma metodologia de trabalho que ainda hoje marca as principais agências de extensão e seu corpo técnico.

Este modelo, baseado no processo de difusão e de adoção de tecnologias utilizado para a modernização agrícola que definiu a extensão rural, recebeu fortes críticas no meio acadêmico em meados de 1980, pois gerou uma série de problemas, tais como a concentração da terra, o êxodo rural, a redução da biodiversidade, a poluição, a exclusão social e o empobrecimento do meio rural. As agências de extensão rural também foram criticadas, uma vez que foram responsáveis pela implantação do dito modelo de desenvolvimento (DEPONTI e SCHNEIDER, 2011).

Uma extensão rural dentro de um contexto de desenvolvimento rural assume uma perspectiva de interface social, em que o processo de intervenção “deixa a cena” para o de mediação social.

A relação entre intervenção e desenvolvimento é, na maioria das vezes, enfocada como necessária. O que afirma e legitima as práticas de intervenção é ter como fim o desenvolvimento. A intervenção também se refere a uma troca ou doação da parte externa (interventora) à parte interna (receptora) que não pode ser produzida dentro da situação local (DEPONTI e ALMEIDA, 2010). A ideia de intervenção considera o acesso por parte do agente que sofre a intervenção a um conjunto de recursos em que o interventor define seu fluxo, como, por exemplo, projetos de crédito. E, ainda, esse vínculo pode ser interpretado como uma relação de troca em que se permutam bens materiais e simbólicos (LONG, 2007; ROS, 2003). Dessa forma, a intervenção desconsidera o conhecimento acumulado de experiências anteriores, propondo novas práticas, formas de fazer as coisas, outorgando novos significados e reformando a prática social e o conhecimento, baseada na crença, segundo Long (2007), de que a injeção de contribuições externas proporcionará melhor solução aos problemas já existentes. Assim, os conhecimentos locais são deslegitimados e as contribuições externas se colocam como necessárias e indispensáveis, reforçando a necessidade de intervenção⁵.

⁵ Há teorias, como a Inovação Induzida, de Hayami&Ruttan (1985), que argumentam que as intervenções externas são consideradas necessárias para ativar o processo de desenvolvimento, estabelecendo que este deva ser induzido. Já de acordo com Long (2008), o desenvolvimento não se limita às práticas de intervenção, manifestando-se em estado potencial em todas as partes e estando

Segundo Sardan (1995), o desenvolvimento sob a sua forma operacional (serviços técnicos ou projetos) transita “inelutavelmente” por “agentes de desenvolvimento”⁶, que constituem a interface incontornável entre um projeto e os seus destinatários. É através desses agentes sociais que as instituições de desenvolvimento passam a se dirigir ao público-alvo. Assim, em torno das ações de desenvolvimento dois mundos entram em contato. Poder-se-ia falar de duas culturas, de dois universos de significações, de dois sistemas de sentido. É em torno de tentativas de transferência de *saber-fazer* que estes dois conjuntos de saberes e de significações – o dos mediadores e o dos mediados – entram em relação (SARDAN, 1995; NEVES, 1998).

O mediador reporta-se àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, muitas vezes, divergentes, com o objetivo de solucionar conflitos e obter a conciliação entre os distintos grupos com seus diversos interesses. O mediador é um agente externo ao grupo mediado, raramente dominando, de forma integral, os códigos estabelecidos pelos mediados em suas ações. O mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhe confere tal *status* (OLIVEIRA, 2004, DEPONTI, 2010).

Sardan (1995) afirma que os agentes de desenvolvimento não são necessariamente conscientes de seu papel de mediador, na medida em que é precisamente o seu papel de porta-voz que sempre é posto em evidência, sendo definido e legitimado por uma "competência técnica" (no campo do saber técnico-científico). Na quase totalidade dos casos, os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre

obstruído ou impedido de alguma forma onde não se manifesta. Outra questão está relacionada à heterogeneidade como traço estrutural do desenvolvimento, em que as intervenções com soluções estandardizadas não respondem eficazmente, pois a intervenção não considera o entrelaçamento das estratégias e intenções dos agentes e dos interventores.

⁶ Há vários agentes sociais que atuam como mediadores sociais desempenhando atividades em organizações não governamentais (ONGs), associações de agricultores, instituições de extensão rural e pesquisa tecnológica, empresas, universidades, igrejas, sindicatos, lideranças comunitárias etc.

dois sistemas de conhecimento, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma denegação e uma rejeição dos conhecimentos locais (NEVES, 1998). A capacidade de conhecer e de compreender esses conhecimentos está no centro da função de mediador e deve também ser a função do agente de desenvolvimento, pois este se configura como um mediador⁷.

Os recursos da intervenção baseiam-se na educação, na qual os mediadores advogam como missão, assumindo uma posição de mensageiros, transferidores de ensinamentos e técnicas que são glorificados para garantia e construção da legitimidade. Dessa forma, intervenção e extensão rural se assimilam, pois a ação do extensionista tende a substituir os conhecimentos dos agricultores sobre a realidade pelos seus conhecimentos, caracterizando essa transmissão como estática e mecânica. A postura de mensageiro, respaldada pela base científica de seu conhecimento, tende a sobrepor-se ao saber do agricultor (DEPONTI e ALMEIDA, 2010).

Assim, a intervenção pode ser de natureza conflituosa e contraditória. A relação é conflituosa quando impõe aos agricultores outras lógicas de articulação que, muitas vezes, não são aceitas, ocorrendo a reprodução das lógicas tradicionais, gerando desentendimentos e resistências por parte dos agricultores. Já o caráter contraditório caracteriza-se na seguinte situação: ao mesmo tempo que a intervenção é um instrumento

⁷ Neves (1998) salienta que os mediadores se apresentam como quem sabe o que deve ser produzido, a direção que deve ser impressa ao processo e o que vai acontecer. Entretanto, os mediadores não têm controle sobre este processo, eles próprios desconhecem o tipo e a prática de mediação que encarnarão nesta relação. Lidam com as resistências derivadas dos desacordos, dos desencontros de significados e de valores atribuídos a recursos materiais e simbólicos. Mesmo na aceitação, lidam com reinterpretações e reapropriações. Ainda de acordo com essa autora, não dispondo das competências necessárias à mediação entre conhecimentos, os agentes de desenvolvimento asseguram esta mediação de maneira imprópria ou unilateral. No entanto, de qualquer modo, a mediação ocorrerá, em boas ou más condições, com os seus equívocos e seus deslizes ou desvios de sentidos. As citações do discurso técnico-científico passadas pelos mediadores serão inelutavelmente reinterpretadas pelo agricultor no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos.

para alcançar o objetivo do interventor, através da indução de mudanças voluntárias, estas podem, por esta razão, não satisfazer aos objetivos dos agricultores. Ademais, as agências de desenvolvimento atribuem e formam o agente de desenvolvimento para a missão de porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, esquecendo ou ocultando a função de mediador, a tarefa de unir, conhecer e compreender os diferentes saberes. A mediação implica uma reciprocidade entre os envolvidos: ela não é uma transferência de saber, mas uma interface social, uma inter-relação (DEPONTI e ALMEIDA, 2010).

A noção de interface social é um dispositivo metodológico relevante para explorar e entender problemas de heterogeneidade social, de diversidade cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas, porque permite compreender as respostas diferenciais dos grupos locais, sendo que seus objetivos e interesses, na maioria das vezes, não conferem com os propostos pelas intervenções planejadas (LONG, 2007; DEPONTI, 2010). As interfaces cruzam diferentes e, muitas vezes, conflituosos mundos da vida⁸, ou campos sociais, ou arenas específicas, em que as interações giram em torno do processo de negociação e manobra, da acomodação dos problemas e da disputa pela legitimação de pontos de vista, permitindo a desconstrução do conceito de intervenção e a observação das interações que devem ser analisadas como parte dos processos continuados de negociação, de adaptação e de transformação de significado inerente à mediação social (LONG, 2001; 2007).

Dessa forma, intervenção e mediação social se distinguem. Na abordagem da mediação social, a visão normativa e a política da intervenção cedem espaço para os processos de mediação, de negociação de projetos e de políticas dos atores sociais. O foco está na desconstrução da noção de intervenção planejada e na construção de interfaces sociais e de atores sociais ativos.

⁸ Mundo da vida são mundos sociais vividos, em grande medida centrados em indivíduos particulares. Tais mundos são um produto de processos constantes de reordenamento e reavaliação de relações e experiências por parte dos indivíduos. Os mundos de vida incluem ações, interações e significados e identificam-se com espaços sociogeográficos específicos, assim como com histórias de vida (LONG, 2007, p. 443).

Os projetos de desenvolvimento baseados no modelo mecânico e de natureza linear (implementação → execução → resultados esperados) perdem poder explicativo. No modelo *top-down*, as metas e as políticas são definidas pelas agências e a ideia principal é persuadir o maior número possível de pessoas aceitar uma determinada política ou adotar uma determinada inovação. Assim, a comunicação é usada deliberadamente como instrumento de política, guiando e dirigindo o comportamento humano que é pensado como sendo largamente previsível. Os projetos parecem reflexões altamente artificiais das aspirações locais, satisfazendo meramente as necessidades burocráticas de instituições governamentais. As políticas tendem a ser baseadas na percepção e nas propostas da parte interventora, não estando, na maioria das instâncias, conectadas com a aspiração, visão e percepção dos problemas dos atores locais, conduzindo a respostas bastante limitadas (LONG, 2007; LEEUWIS, 2004, DEPONTI, 2010). Esta forma de atuação não representa apenas os modelos de difusão de tecnologias, mas muitas políticas atuais de ATER.

Para Long (2007), a intervenção não é um processo linear com limites claros no tempo e no espaço, uma vez que qualificar o processo de intervenção implica compreender esse processo dentro do espaço sociovital dos envolvidos, entendendo os diferentes significados por eles atribuídos, implicando, portanto, a confrontação e a interpretação de visões de mundo diferentes. Dessa forma, a mediação faz-se mister em todas as partes do processo de intervenção, considerando os conflitos, as interfaces, as negociações, os acordos, os compromissos e as apropriações, e evidenciando os agentes envolvidos, suas identidades, interesses e estratégias.

Leeuwis (2004) ressalta, com base em Giddens, que há duas formas diferentes de poder – poder como dominação e como capacidade transformativa. O poder como dominação preocupa-se em mobilizar os outros para alcançar certos objetivos, é o poder sobre os outros. O poder como capacidade transformativa refere-se ao fato de o ser humano ter capacidade para agir, adquirir certas coisas. Este tipo de poder é chamado de agência (capacidade de agência).

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator (individual ou coletivo) a capacidade de processar a experiência social e de inventar caminhos para as situações problemáticas, sob as mais extremas formas de coerção (LONG e PLOEG, 1994). Segundo Giddens (2009, p. 12), "agência refere-se a fazer". Os indivíduos têm intenção e são cientes das razões que levam à prática de determinadas ações (GUIVANT, 1997; LONG e PLOEG, 1994).

A agência humana não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade de elas realizarem essas coisas. Os agentes humanos têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem, eles sabem tacitamente como continuar, mas sem capacidade de dar uma explicação discursiva direta. A agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente, pois são capazes de processar e de sistematizar suas experiências vividas e de atuar nelas (DEPONTI, 2010).

Nesse sentido, o processo de mediação social implica trabalhar com o poder na sua manifestação como capacidade transformativa, capacidade de reflexão, de mudança, de diferença, e não pelo viés da dominação. Enquanto a intervenção planejada for caracterizada por um projeto que é imposto sobre terceiros, ela apresentará formas de resistência e de dominação. Para a interface social se estabelecer é necessário construir a negociação, ponto de encontro entre a capacidade de agência e os projetos de desenvolvimento. O processo de negociação, de margem de manobra, de conflito e de lutas por significados e diferentes interesses representará a interface social. Assim, o resultado será um processo inesperado, novo, apropriado tanto pelos atores locais quanto pelas agências/agentes de desenvolvimento. O desenvolvimento será o resultado da interface social (DEPONTI e SCHNEIDER, 2011).

Dessa forma, os conflitos e as tensões são problemas estruturantes das práticas dos agentes de desenvolvimento, sendo que estes, para assumir uma função de mediação, para a qual, aliás, são pouco ou mal preparados, deveriam compreender as lógicas de ação do grupo,

conhecer as diversas forças presentes em uma localidade, analisar as capacidades do grupo, apreciar os desafios políticos, econômicos e simbólicos locais, o que demanda uma escuta e um *savoir-faire* (SARDAN, 1995; NEVES, 1998).

Enquanto Long (2007) refere-se à intervenção e aos projetos de desenvolvimento, Sardan (1995) irá focar-se no papel dos agentes de desenvolvimento, Leeuwis (2004) irá descrever sobre a necessidade de reposicionamento da extensão rural a partir da formação de novas redes, de processos de aprendizagem e da valorização da integração entre os conhecimentos (científico e local) (DEPONTI e SCHNEIDER, 2011).

A redefinição da extensão rural se constituiria em um processo de transformação da intervenção planejada em um processo de mediação social. Para Leeuwis (2004), esta redefinição exige focar em novos modelos de coordenação, enfatizar a importância da aprendizagem social e da negociação, abrir espaço para múltiplas formas de ação com implicações em todas as partes envolvidas no processo. “A extensão é um processo que envolve uma série de intervenções comunicativas e de interações, não sendo um evento isolado” (LEEUIWIS, 2004, p. 27).

A extensão é uma atividade profissional, considerada uma forma de intervenção que utiliza pesadamente a comunicação como estratégia para avançar em suas aspirações, é uma atividade engrenada para provocar mudanças cognitivas e como gatilho para outras formas de mudança (LEEUIWIS, 2004, p. 27).

De acordo com o autor supracitado, reposicionar a extensão implica construir redes (estabelecer novas relações entre pessoas, dispositivos técnicos e fenômenos naturais), promover a aprendizagem social (a mudança está conectada à cognição individual e coletiva de vários tipos), propiciar a negociação (o significado da mudança de *status quo* é acompanhado de conflitos de interesse). O papel da extensão rural não é somente implementar metas ou políticas predefinidas, mas ajudar a gerar e a desenhar metas apropriadas, políticas e inovações com íntima

interação entre os *policy makers* e os mediadores locais (LEEUWIS, 2004).

Dessa forma, pode-se concluir com base na perspectiva das interfaces sociais que esta abordagem é uma alternativa ao enfoque da intervenção planejada. Uma extensão rural que pretenda promover o desenvolvimento rural implica desconstruir a “clássica” forma de intervenção e dar espaço para os processos de mediação e de negociação entre os atores sociais e os próprios mediadores, implica abrir espaço para um processo de mediação social.

Antes de adentrar no foco deste artigo, logo abaixo, apresenta-se a metodologia utilizada.

II. Caminho metodológico percorrido

A proposta metodológica deste artigo constituiu-se de um conjunto de técnicas e ferramentas de pesquisa e de análise de dados qualitativos. Primeiramente, realizou-se um estudo exploratório, em fevereiro de 2011, em que se visitou em torno de dez famílias produtoras de tabaco em Dom Feliciano. A partir deste estudo exploratório foi possível aproximar-se do empírico, verificar as condições de vida e de produção desses agricultores, formar redes e parcerias locais para o desenvolvimento da investigação.

O caderno de campo foi utilizado em todo o levantamento dos dados para registrar as informações e as impressões efetuadas por meio da observação. Nesse diário foi relatado o que se viu, o que se viveu e o que se pensou no decurso da coleta das informações. Como técnica de coleta de informações utilizou-se a observação participante, pois algumas informações necessárias foram coletadas a partir da observação *in loco* e da convivência com os agricultores e com os extensionistas no campo, através da participação de três reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural, quatro reuniões técnicas, um dia de campo, diversas visitas às propriedades, participação em quatro reuniões da Prefeitura e de gestores públicos.

Ainda como técnica de coleta de dados, foram aplicadas 40 entrevistas com base em roteiro semiestruturado para 33 agricultores⁹, quatro extensionistas da EMATER, dois técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Rural e um gestor público, sendo que a estrutura dos roteiros semiestruturados era diferente dependendo do interlocutor entrevistado. Esses dados foram cadastrados no Programa NVivo 9,0, formando um banco de dados disponíveis para futuras pesquisas. No entanto, a análise dos dados ocorreu de forma manual. A seguir são apresentadas as impressões relativas ao primeiro contato como empírico.

Primeiro contato: o desvelar da realidade

Este contato constituiu-se na fase exploratória da pesquisa em que foram visitadas em torno de dez famílias. A primeira impressão foi reveladora, no sentido de vir de encontro ao senso comum, ou seja, de que áreas que plantam tabaco são áreas que apresentam maior desenvolvimento socioeconômico. A situação econômica apresentada pelas famílias era de alta vulnerabilidade social e a paisagem que se encontrou foi de estabelecimentos situados dentro de plantações de tabaco, ou seja, o tabaco fazia parte do jardim e das mediações da casa.

A produção de fumo concentra-se, praticamente na totalidade do município, em propriedades baseadas na agricultura familiar, que utilizam mão de obra da família com eventuais contratações no período da colheita. Neste primeiro contato verificou-se que a lavoura de tabaco é a grande responsável pela geração de renda da agricultura familiar na região. “O que tá dando mais dinheiro e defende mais é o fumo” (Entrevistado 31) foi a frase mais ouvida no decurso da pesquisa. Some-se a este fato a garantia de compra da produção por parte da empresa, em função do sistema integrado de produção de tabaco¹⁰, bem como o

⁹ Para os 33 agricultores entrevistados foram aplicados o formulário de entrevista e o roteiro semiestruturado.

¹⁰ O SIPT foi criado em 1918, pela Souza Cruz, como um novo modelo de plantio. Este sistema de governança praticado pelas empresas de tabaco, que completou cem anos de atuação no Brasil, em 2009, vem sendo criticado por dominar todos os elos da cadeia produtiva. A relação inicia quando o orientador

seguro contra a perda da produção por problemas climáticos. Essas garantias fornecidas pelas empresas fumageiras evidenciam o grau de controle exercido pelas empresas (VOGT,1997).

Outra questão importante está relacionada com o *habitus* que se cristalizou na região no que tange às técnicas de cultivo do tabaco e à forma com que elas são repassadas de geração a geração: “a gente se criou no meio do fumo” (Entrevistado 21). “Porque a gente entende todo o processo do fumo [...]. A gente conhece tudo, né. A gente sabe, faz anos que a gente trabalha, então a gente sabe lidar com o fumo” (Entrevistado 27). “É, já tinha esse conhecimento e já estava adaptado pra nessa cultura né” (Entrevistado 21).

A situação acima pode ser explicada pela baixa escolaridade dos agricultores que cultivam tabaco, resultante da tenra idade com que os filhos dos agricultores entram em contato com o cultivo, ou seja, eles são criados no meio da produção. Assim, a opção pela continuidade do cultivo quando adultos é uma constante e o conhecimento das técnicas de cultivo e o próprio saber-fazer, neste caso, depõem contra eles, porque preferem “ficar no tabaco” do que buscar os estudos. Uma vez que a preferência pelos estudos força a saída de uma área de conforto, já que o tabaco é algo de domínio, os estudos representam um desafio. A partir dessas afirmações pode-se compreender como funcionam os dispositivos cognitivos que prendem os agricultores às crenças e às representações a

técnico vai até a propriedade e entrega os contratos de compromisso de venda, de financiamento, leva também os agroquímicos, sementes, adubo químico e custeia o transporte da produção, desde a propriedade dos agricultores até as empresas. No que se refere ao financiamento, são as empresas que avalizam a retirada. As empresas assumem o compromisso de comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores, prestar assistência técnica, fornecer insumos, porém o preço do tabaco é definido pela indústria, tendo como base as exigências externas dos compradores e o momento do mercado (dólar, câmbio, estoque internacional) (RUDNICK, 2012, p. 40). De acordo com Vargas e Oliveira (2010) a eficiência do SIPT com custos de produção comparativamente baixos e a alta qualidade do tabaco cultivado são algumas características do setor que explicam o aumento do crescimento da produção e da exportação do tabaco no Brasil.

que estão submetidos pela longa tradição de cultivadores de tabaco (*habitus*).

Outro fato que merece destaque é o esforço do trabalho, pois não há hora para começar ou parar. O tabaco é um cultivo dividido em etapas ao longo do tempo, apresentando épocas mais e menos intensas de trabalho. Na fase da colheita, os agricultores ficam mais tempo envolvidos no processo, chegando a trabalhar até 12 horas seguidas. O período de secagem do fumo nos fornos exige alguém acordado 24 horas por dia para cuidar do fogo. Um trabalho desgastante, sofrido, “brabo”, pesado e de “muito compromisso”.

é um trabalho escravo, para ti ter uma ideia a gente levanta no clarear do dia e no inverno mesmo que a gente fica congelando separando as folhas do fumo até a meia-noite, ia dormir a meia-noite e meia, no outro dia cedinho tinha que levantar de novo e no tempo de colheita então a gente levanta escurinho ainda e trabalha também até a meia-noite por aí, vai dormir a uma da manhã e tem que ficar acordando de noite para colocar lenha na fornalha para controlar o fogo é um trabalho escravo (Entrevistado 19).

Dentre os aspectos gerais salienta-se ainda que a característica do ciclo anual de cultivo faz com que muitos agricultores tenham somente um recebimento anual quando da venda do tabaco. Esta situação, por um lado, força a necessidade do crédito para comprar no “mercadinho”, por exemplo, mas, por outro lado, cria a ilusão de um ganho maior do que efetivamente é, pois recebem um grande montante, no entanto não fazem as contas do que representa mensalmente aquela quantia.

O primeiro contato desmistificou algumas crenças e também reforçou a necessidade de compreensão dos diversos significados atribuídos à cultura do tabaco pelos agricultores e sua relação com a extensão rural, uma das responsáveis pela promoção da política de diversificação produtiva. Na próxima seção serão explicitadas as políticas e os programas desenvolvidos pela extensão rural com o intuito da diversificação produtiva como alternativa ao tabaco.

PROGRAMAS E/OU POLÍTICAS PARA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM QUE A EXTENSÃO RURAL ESTÁ ENVOLVIDA

No caso estudado, a extensão rural é prestada pela EMATER/RS-ASCAR e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, vinculada à Prefeitura do Município de Dom Feliciano. Os entrevistados, inclusive, confundem a assistência técnica¹¹ prestada por uma e por outra organização, principalmente em função de a Secretaria e a EMATER funcionarem no mesmo local (prédio). Em muitas entrevistas realizadas dentro da Secretaria, os entrevistados manifestavam-se como se estivessem na EMATER. Além desta situação, destaca-se que a maioria dos programas voltados à diversificação produtiva é realizada em parceria pelas duas organizações, o que leva à dificuldade por parte dos agricultores de estabelecerem uma diferença entre elas. Tal fato pode ser confirmado pelo depoimento do agricultor 35: “Se fizer uma pesquisa, 80% não vai saber diferenciar o que é secretaria do desenvolvimento rural e o que é EMATER”.

No que se refere à extensão rural pública, em torno de 88% dos entrevistados afirmam ter assistência técnica da EMATER/RS-ASCAR, sendo que 48% por demanda e 40% ocasionalmente. Assim, embora o percentual de prestação da orientação seja expressivo (88%), metade deste serviço é prestado via demanda dos agricultores. Ainda salienta-se que os agricultores envolvidos nos programas de diversificação da produção são aqueles que têm recebido maior atenção por parte da extensão rural, conforme declarado nas entrevistas.

Para o extensionista da EMATER que atende a região, o atendimento por demanda deve-se ao fato de os extensionistas priorizarem os agricultores que solicitam o atendimento, em função do tamanho do município, do número de extensionistas no município (inicialmente dois, atualmente quatro) e do número de atividades e de projetos.

Nós procuramos, na medida do possível, fornecer assistência, mas ela...sempre é para aqueles que mais solicitam [...] Porque não tem como atender todo mundo. Isso é quase impossível. Porque, pelo que me consta, se não me engano,

¹¹ As fumageiras prestam assistência técnica aos agricultores plantadores de tabaco, no entanto, como este é um trabalho técnico, realizado pelo orientador, diferenciado do trabalho da extensão rural, não será considerado neste artigo.

agora são quarenta os agricultores que estão fornecendo pro PAA. Se você começar a fazer as contas, de que cada agricultor tem que receber duas visitas, no mínimo, por semana, porque não é uma atividade normal, que eles conseguem produzir, que eles têm conhecimento. Isso remonta a quase oitenta visitas e isso, pra você passar tudo leva quase dois meses, três meses. Então depende muito de como se trata a estratégia, se você puder reuni-los e transferir conhecimento ou acertar programações em uma região, de uma forma maciça, evita que você tenha que fazer visitas individuais. [...] É isso que é preciso compreender: o trabalho da EMATER não está centrado só no PAA, ou só na alimentação escolar, ou só no crédito fundiário, ou só no PRONAF, ou só na viticultura, ou só no milho, ou só no feijão, ou só no leite, isso é um conjunto de coisas, né... não só na piscicultura... As pessoas pertencem a associações diversas, e têm solicitações diversas, têm reuniões diversas (Entrevistado 1).

De acordo com Souza (2012), nas organizações de extensão rural, os extensionistas são soterrados por obrigações com projetos, registros e relatórios exigidos de seus comandos centrais que lhes tiram a autonomia para agir. O autor ainda relata que as atividades dos extensionistas estão submetidas a tal regramento e formalização que engessam o trabalho e restringem a flexibilidade e a capacidade de aprendizado e de adaptação tão importantes às ações de desenvolvimento rural. Tais afirmações são confirmadas por Deponti (2010), quando afirma que o dia a dia do técnico é permeado por ações e atividades que, muitas vezes, estão isoladas de um plano estratégico para ação, restringindo-se a responder as demandas que surgem no cotidiano dos agricultores ou simplesmente cumprindo metas da agência de extensão. A vida cotidiana, tanto do técnico quanto dos agricultores, está dominada por um motivo pragmático, orientada para resolver problemas práticos. O cotidiano dos extensionistas, em função das atribuições diárias, muitas vezes, ingressa em uma rotina que não permite o entrelaçamento dos distintos mundos da vida, do técnico e do agricultor.

O destacado acima pode ser reforçado ainda pela afirmação de Souza (2012, p. 186), "... a ênfase em processos de planejamento e projetos engessa as ações e burocratiza a interação com os contextos comunitários, não raramente obstruindo os processos de participação

mais cotidianos, que se processam na relação com as atividades e decisões diárias”.

Os programas voltados para diversificação produtiva de áreas que cultivam tabaco em que a extensão rural, representada pela EMATER e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, está envolvida são os seguintes:

a) **Piscicultura**, programa denominando “Mais Peixe” – envolve cerca de 60 produtores. A Secretaria de Desenvolvimento Rural ficou responsável pelas regulamentações ambientais que através de uma equipe técnica ambiental realizou 100 vistorias nas propriedades para construção de açudes; os projetos foram liberados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS (FEPAN) e estavam aguardando a liberação do recurso do Ministério da Pesca (no momento de coleta de dados da pesquisa);

b) **Frango colonial**, programa integrante do projeto piloto financiado pelo MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar para diversificação do tabaco; foi realizada uma pré-seleção dos agricultores, em torno de 12;

c) **Fruticultura**, programa denominado “Mais Uva”, focado na produção do suco de uva; trabalha com 18 produtores com aproximadamente 12 hectares cada um. A Prefeitura Municipal tem a contrapartida do projeto representada pelo transporte, pela assistência técnica e pela doação de mudas, o que representa em torno de 38% do valor do projeto financiado com recursos públicos.

d) Programa de Aquisição de Alimentos (**PAA**), programa que é realizado via cooperativa; essa cooperativa foi incentivada pela EMATER, que colabora na indicação, na motivação e na produção (assistência) dos agricultores. O trabalho da EMATER está voltado para a articulação da produção e para a articulação do recebimento e da qualidade dos produtos. Este programa possui 62 produtores cadastrados e, conforme depoimento do secretário do Desenvolvimento Rural, beneficia em torno de 400 famílias.

e) **Gado Leiteiro** foi um dos primeiros programas desenvolvidos no município, um projeto de política pública em que o município financiava vacas leiteiras para os agricultores.

Destaca-se novamente que os programas supracitados são realizados em parceria entre EMATER e Secretaria de Desenvolvimento Rural, o que impossibilita a análise da extensão rural de outra forma que não conjunta. Esta informação pode ser confirmada a partir do depoimento abaixo:

A EMATER é parceira em praticamente todos os projetos, a gente tem um trabalho praticamente em conjunto com a EMATER, é comum a gente dividir carros, sai um da EMATER, com um técnico nosso. Todos os projetos a EMATER de certa forma está envolvida. Na piscicultura a parte técnica é de responsabilidade da EMATER, isso já prevê no projeto que está no Ministério da Pesca, onde acaba a estação é por conta da EMATER. No projeto Frango Colonial nós estamos contratando horas técnicas da EMATER que eles também vão tocar o projeto. E outros projetos, no interior, na merenda, do PAA, a EMATER está presente em todos (Entrevistado 11).

Além dos programas referidos, são realizados outros, tais como PRONAF, PROAGRO, crédito fundiário, pré-território, patrulha agrícola, que não estão diretamente relacionados com a diversificação produtiva, embora possam atuar de forma indireta na sua promoção. Os programas referidos pela ação da extensão rural na construção de estratégias de diversificação em Dom Feliciano estão de acordo com as metas do programa piloto, conforme se pode verificar abaixo:

Por isso, a questão passa por políticas de desenvolvimento, em que as atividades econômicas desenvolvidas no município possam contribuir efetivamente para alcançar a melhoria da qualidade de vida das famílias urbanas e rurais, integração de políticas, programas e ações federais, territoriais e locais para ampliar as oportunidades de desenvolvimento no Município de Dom Feliciano/RS e região Centro Sul do Rio Grande do Sul, gerando referências para o programa de diversificação e para o GT internacional dos artigos 17 e 18. Programas:

- a) Implantação de unidades demonstrativas para a criação de frango colonial, piscicultura, leite, produção de uva para suco e vinho como alternativas à cultura do tabaco;
- b) ATER para a diversificação da produção e da renda;
- c) Ações na área de saúde x produção de tabaco;
- d) Ações na área de comunicação-informação para agricultores, universidades, ministérios, secretarias de saúde, instituições de Ater e pesquisa da região (GREGOLIN, 2010, p. 29).

Nas metas do programa piloto, a e b são aquelas que se referem ao serviço da extensão rural, conferindo a adequação da extensão aos objetivos propostos no que se refere à construção das estratégias de diversificação. No entanto, o que cabe aqui analisar é o descortinar das práticas da extensão rural e do próprio programa piloto, ou seja, verificar como são escolhidos os agricultores que participam do processo de diversificação; como ocorrerá a continuidade das atividades após o término do projeto e qual a efetividade das ações realizadas.

Quanto à importância da extensão rural para o desenvolvimento do trabalho do agricultor, 30% dos entrevistados destacam a necessidade de maior conhecimento e informação, 40% destacam a importância do trabalho, mas salientam a falta de pessoal e a baixa assistência (21%). Contudo, 18% dos entrevistados afirmaram não saber a importância e o restante (12%) destacaram outros fatores. Na análise das respostas verifica-se certo descontentamento com as atividades de extensão rural; os entrevistados reclamam do número de reuniões, da falta de retorno dos técnicos em relação aos projetos e da falta de retorno financeiro, o que pode ser observado no depoimento do entrevistado 27, abaixo destacado:

E eu sempre estou participando, só eles me avisar que eu participo. E aí eu falo para os outros lá e eles: “ah, mas a gente vai lá e não ganha nada”, são vários que dizem assim que a gente vai lá e não ganha nada. Sim, mas, é porque a gente tem que ouvir, “é, mas eles só conversam, conversam, e nada é feito, isso

é de anos, anos que vem assim”. Dizem que é só conversa e fica só em conversa, não vê lucro, então parte disso aí. Os agricultores são acomodados e eles pensam isso aí, acham que fica só na conversa e que não sai. E depois fazem um projeto assim que fica demorado e eles ‘desacorçoam’ né [...] (Entrevistado 27 - agricultor).

Com base nas entrevistas e na observação realizada pode-se inferir que a participação dos agricultores nos programas e/ou políticas de diversificação ocorre por pré-seleção, basicamente em função das condições financeiras para manutenção ou desenvolvimento da atividade ou por demanda do próprio agricultor. Destaca-se também que embora exista boa vontade por parte da administração municipal e dos próprios extensionistas no anseio de que o Programa Piloto de Diversificação de Dom Feliciano tenha êxito, há despreparo quanto à implementação de várias atividades que não passam por estudo de mercado e não leva em consideração o saber-fazer do agricultor. As considerações aqui destacadas serão analisadas logo abaixo de forma pormenorizada.

DIFERENTES SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS AGRICULTORES À CULTURA DO TABACO

Conforme depoimento do entrevistado 7, “o tabaco veio para Dom Feliciano em 1963, como uma alternativa; com o passar do tempo ele deixou de ser uma alternativa e passou a ser uma monocultura em Dom Feliciano, não só em Dom Feliciano”. O entrevistado destaca que o incentivo das empresas e o preço alto contribuíram para o aumento da produção.

Em 2000, 1999/2000, a metade sul aqui do Rio Grande do Sul produzia em torno de 12 milhões de quilos de tabaco. E com a diminuição da produção na África, a metade sul aqui passou a produzir 45 milhões de quilos. O incentivo das empresas e o alto preço do tabaco fez com que se aumentasse e houve de certa forma um excesso de incentivo das empresas, que fizeram com que produtores sem condições passassem a produzir. Hoje são produtores endividados, e praticamente fora da cultura, e com alto endividamento nos bancos, e nas empresas. E com essa... A própria retomada da produção na África mesmo, lá no Zimbábue voltou a produzir 130 mil toneladas. Faz com que automaticamente se estimule a produção no Brasil, de certa forma. Porque

na época que o Zimbábue produzia 234 mil toneladas de tabaco, o Brasil produzia 520 mil toneladas. O Zimbábue praticamente parou, e o Brasil passou a produzir 720 mil toneladas. Então hoje, essa diferença vai ter que ser reduzida, e automaticamente um grande número de produtores vai ficar fora do mercado. E certamente os que estão endividados (Entrevistado 7).

De acordo com a manifestação de um agrônomo (Entrevistado 25), a opção pelo tabaco deve-se em grande parte ao tipo de solo, arenoso, que apresenta debilidades estruturais, ou seja, falta de matéria orgânica, de temperatura, de unidade, de profundidade, de biodiversidade. O entrevistado salienta que este tipo de solo não é propício para a produção de grãos, devido ao investimento ser alto e o retorno ser pequeno. Destaca que o tabaco apresenta uma estabilidade de produção neste tipo de solo, pois não precisa de uma complexidade de nutrientes. Dessa forma, o “carro-chefe” do pequeno agricultor da região é o tabaco, por causa da estabilidade de produção, da baixa probabilidade de dar prejuízo e da alta probabilidade de dar lucro.

Outro aspecto levantado pelos entrevistados para justificar a opção pelo tabaco está relacionado com a comodidade do sistema integrado de produção e com a renda obtida. Além disso, eles destacam que “se criaram no meio do fumo”, o que pode ser observado no depoimento abaixo:

Pelo fato de ter aí uma estrutura a certo tempo, já faz parte da cultura. Então a gente ouve todo mundo dizer que se criou no meio do fumo. Então se ele se criou no meio do fumo faz parte da cultura, faz parte da história da família, então eles estão com a mente totalmente voltada pra isso. Alguns já nem precisam mais de orientador, já sabem de praticamente tudo da cultura do tabaco. Também tem a compra garantida, que é uma coisa que eles têm medo. O agricultor ele não tem essa função de sair fora do município buscar mercado. Ele sempre espera que alguém venha na propriedade comprar o produto dele. Essa tendência é em todas as regiões. E o fumo ele atende exatamente isso, vem o caminhão, leva o fumo, e depois vem a nota, com o valor que ele vai receber. Pra ele é muito bom, é questão de comodidade. Na verdade eles pagam pra não sair de casa (Entrevistado 6).

Os agricultores entrevistados, quando perguntados por que optaram pelo tabaco, responderam: 45% pelo rendimento; 21% porque os pais já

produziam; 18% pela compra garantida, os demais destacaram: por não ter alternativas viáveis, porque só sabem plantar fumo (80%)– “Eu só sei fazer isso, pra dizer a verdade” (Entrevistado 35), e porque todos plantam na região–“Olha porque todo mundo planta, não é só eu, é todo mundo, até os que moram na cidade alguns plantam. E o momento que findar o fumo aqui no Município de Dom Feliciano [...] finda tudo” (Entrevistado38).

O tabaco está enraizado na região, há uma cultura voltada ao tabaco, um saber-fazer impregnado que dificulta o processo de diversificação produtiva, tudo isso aliado ao retorno financeiro, mesmo questionável, à garantia de compra (sistema integrado) e à baixa escolaridade, em torno de 80% dos entrevistados possui primeiro grau incompleto. Além disso, não menos importante, a cultura do tabaco, de modo geral, sufoca o *ethos* camponês¹², ou seja, entra em conflito com a essência da coprodução, a relação de pertencimento, a identidade, a pró-atividade, colocando o agricultor em um círculo de dependência, de acomodação, de insatisfação e de baixa autoestima.

CONCEPÇÕES E SIGNIFICADOS DA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA PARA OS AGRICULTORES

[...] o fumo criou um círculo vicioso no produtor. O colono ele aprendeu ultimamente que o que dá dinheiro é fumo. Se sair em Dom Feliciano aí nos bancos o pessoal só fala em fumo e todo mundo vendeu mal esse ano. Esse ano a compra não foi boa, mas se chegar nas agropecuárias assim sempre tem um cara cortando aqueles plásticos pra fazer canteiro e vendendo bandeja e cada vez aumenta mais. E o colono é muito olho grande também, se eu disser assim que vou diminuir dez mil pés na minha planta, o meu vizinho ali eu vou aumentar dez porque o Juarez diminuiu dez. Tem isso aí também. Então é difícil de mudar e tem outra coisa também, é o que dá um troquinho (Entrevistado 12 - agricultor).

¹² A expressão *ethos* é a característica, os estilos, a marca, o modo de ser, a “sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado” (GAIGER 1994, p. 179 apud TEDESCO, 1999, p. 49).

A falta de compreensão por parte dos agricultores do que significa a diversificação produtiva é, talvez, o fator determinante da dificuldade de avanço no processo, pois muitos entendem a diversificação como substituição ou conversão produtiva, outros como uma simples substituição de cultivos e outros, ainda, como uma alteração no sistema produtivo. A falta de esclarecimento do significado da diversificação provocou em alguns agricultores uma ojeriza ao próprio termo, sem a necessária compreensão de seu significado. Este fato, aliado à dificuldade de comunicação em função da distância da propriedade do centro do município, da dificuldade de sintonizar a rádio ouvida e da não participação de muitos agricultores nas atividades promovidas pelos órgãos de extensão e/ou sindicatos e cooperativas, desfavoreceu a adesão ao processo.

Outro fator importante está vinculado com a inexistência, na maioria dos estabelecimentos rurais, de gestão e de controle do processo de produção. Não há uma cultura de registro de informações (BATALHA et al, 2004), resultando assim em desconhecimento da renda obtida com o cultivo do tabaco. Diversos agricultores destacam os altos rendimentos; no entanto, verificou-se que há confusão no que se refere aos seguintes termos: renda, margem bruta, lucro. Esta confusão é aprofundada pelo recebimento de um montante anual alto e a ilusão é de que seu lucro também é alto com o cultivo do tabaco. No entanto, há trabalhos publicados pelo Sinditabaco e Afubra (2010; 2011) apud ETGES (2012) que contrariam a afirmação de altos rendimentos, destacando que a renda líquida obtida pelo agricultor, descontados todos os custos de produção, é muito pequena, pois, em torno de 73% da renda bruta equivalem ao custo de produção. Para o ano de 2010/11 a renda bruta seria equivalente a R\$ 21.978 por família ao ano e a renda líquida seria de R\$ 5.935 por família ao ano.

De acordo com Etges e Ferreira (2006) há um alto grau de passividade frente ao modelo imposto, na medida em que o tabaco é considerado a principal fonte de renda para muitos produtores, apesar dos mesmos não efetuarem nenhum sistema de “contabilidade interna”, que pudesse efetivamente comprovar esta evidência.

Os conhecimentos acumulados ao longo dos anos com o cultivo do tabaco formam um estoque de conhecimento, um saber-fazer que foi passado de geração em geração. No entanto, este domínio do processo de produção também caracteriza um processo de apego e de acomodação que dificulta a busca por outras alternativas produtivas. Inclusive, muitos entrevistados chegaram a sugerir como alternativa outros tipos de integração como, por exemplo, alevinos, suínos, avicultura, hortaliças etc. Esta situação demonstra claramente a dificuldade dos produtores de tabaco de buscar mercados. O sistema integrado arraigou uma acomodação muito grande por parte dos agricultores. “Olha por enquanto não tem outra coisa, no caso se eu deixasse de planta fumo.

Pra nós o que dá mais é o fumo” (Entrevistado 26).

Na contramão das afirmações acima encontram-se aqueles agricultores que buscaram a diversificação produtiva. Esses agricultores apresentaram uma compreensão mais clara do significado deste processo, destacando que esta opção lhes proporcionaria mais liberdade, qualidade de vida, ampliação do portfólio de atividades e dos produtos ofertados, inserção aos mercados, alternativa à sazonalidade, redução da dependência, gerando mais autonomia e possibilitando a geração de inovações e de mudanças técnicas dentro da propriedade, poupadoras de recursos.

Muitas vezes a procura pela diversificação está relacionada a problemas de saúde; neste sentido, foram destacados pelos entrevistados principalmente o manejo de agroquímicos, a jornada de trabalho pesada somada ao serviço na lavoura e na estufa, que colaboram para o aparecimento de problemas de coluna. “ [...]o serviço do fumo é um serviço bem brabo, Deus o livre, [...] Ninguém planta fumo porque quer. Isso eu digo sempre. Planta por necessidade...” (Entrevistado 4). O fator saúde coloca-se a frente da questão econômica, ou seja, quando estão enfrentando um problema de saúde na família, a busca por alternativas é mais intensa.

Além disso, verificou-se que o maior acesso à informação e aos recursos financeiros, ou seja, capital intelectual e econômico, também contribuiu como fator de motivação ao processo de diversificação.

Eu acho que até nem é a questão de quem tem maior capital, são os que tem maior capital intelectual, maior informação, essas pessoas que são mais bem informadas... Existe certa relação. Normalmente as que têm um capital intelectual maior elas também tem um capital econômico maior. Mas isso não é regra. Tem pessoas que nos procuram que não têm muito dinheiro pra investir. A gente como técnico tem que ajeitar as pontas, tem que adaptar, procurar o que se adapta melhor à realidade (Entrevistado 6)

A informação é um elemento importante para a organização de um grupo ou sociedade. Dentre os impasses e problemas no mundo rural, encontra-se o limitado acesso dos agricultores à informação e, inclusive, ao conhecimento técnico (LEEUWIS, 2004). Além disso, pode-se questionar o tipo de conteúdo que vem sendo repassado. Para as famílias desta região, o tabaco é a principal fonte de renda porque a família não sabe plantar outra coisa e também por uma questão cultural. Percebe-se que a informação desempenha um relevante papel para entender o processo de diversificação. Mais do que informar, é necessário incentivar canais de comunicação construídos pelos próprios agricultores. Nesse sentido, a informação é uma questão ainda pouco explorada nos estudos sobre o meio rural (RUDNICK, 2012).

Com base nas informações coletadas pode-se inferir que os agricultores que diversificam são aqueles que apresentam melhor nível financeiro, maior acesso à informação, maior interação com a extensão rural e melhor visão de mercado. Destaca-se que a maioria dos entrevistados (80%) possui ensino fundamental incompleto, sendo assim, não é necessariamente o nível educacional, no caso em tela, que leva a diversificação, mas as condições econômicas e a proximidade do agricultor das agências de extensão rural.

O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL NA PRÁTICA: A AÇÃO EXTENSIONISTA E A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

A extensão rural privada prestada pelas empresas fumageiras é considerada pelos agricultores dispensável, pois eles já conhecem profundamente a cultura do tabaco, inclusive afirmando:

Pra nós tanto faz, ter instrutor como não ter, pra nós é a mesma coisa. Porque a gente entende todo o processo do fumo, só quando a gente precisa do instrutor é pra saber o preço que a gente deve na firma. A gente conhece tudo, né. A gente sabe, faz anos que a gente trabalha, então a gente sabe lidar com o fumo. Então não precisa, a técnica deles é a mesma coisa, a gente já sabe de cor, então não faz grandes diferenças” (Entrevistado 13).

Considerando que a extensão rural pública (Secretaria de Desenvolvimento Rural e EMATER) presta assistência técnica por demanda, representando cerca de 48%, e que em torno de 40% do serviço é prestado de forma ocasional, conforme já assinalado antes, isso significa que os agricultores que cultivam tabaco não recebem uma assistência contínua e programada por parte da extensão pública.

Ainda, considerando que os agricultores que recebem a assistência técnica são aqueles que buscam a diversificação produtiva, sendo também os que apresentam maiores condições financeiras e maior acesso à informação, isso significa que os agricultores com menores condições financeiras, menor visão de mercado e menor acesso à informação são aqueles que também menos recebem assistência técnica.

Assim, pode-se inferir que há um paradoxo – os que mais necessitam de assistência técnica são os que menos acessam o serviço, ou seja, as famílias em maior vulnerabilidade social, com problemas financeiros e de sobrevivência das famílias são aquelas excluídas dos programas, em virtude da falta de informação, da situação financeira instável (dificuldade de implantação do projeto de diversificação). Essas famílias serão excluídas e são justamente as que necessitam de ajuda e de acompanhamento. Muito embora o programa institucional de diversificação produtiva apresente recursos financeiros para subsidiar os agricultores, esses recursos não chegam aos mais necessitados e vulneráveis.

O apoio das políticas públicas de diversificação deve ir além da geração de renda, focando em uma estratégia de desenvolvimento que envolva distintos e articulados aspectos, a saber: estudos de mercado e da capacidade de endividamento dos agricultores; consideração do saber-fazer, ou seja, dos conhecimentos e das aptidões para o cultivo; acesso à assistência técnica e extensão rural; expansão do prazo de implementação dos projetos; formação de redes de aprendizagem e de negociação coletiva, dentre outros.

Dessa forma, um serviço de extensão rural é primordial para a construção dessas estratégias de diversificação, pois as novas atividades a serem desenvolvidas dependerão da ação da assistência técnica e da extensão rural para serem implementadas. Além disso, há necessidade de técnicos hábeis para agirem em situações de interface social, de negociação e de sintonia, pois implicará a formação de parcerias para realização do trabalho. No entanto, destaca-se que as estratégias de diversificação implicam a construção de um amplo conjunto de ações que articulam o Estado, os gestores municipais, os próprios agricultores e as instituições locais, formando redes de cooperação e de governança compartilhadas, conforme já exposto acima.

A compreensão do processo de interface social poderá contribuir para um reposicionamento da extensão rural, permitindo remodelar sua ação, valorizar sua prática e promover contextos de desenvolvimento rural, com ênfase nos processos de mediação, o que pressupõe o rearranjo institucional das agências de ATER, a modificação na própria formação do extensionista e a alteração no próprio paradigma de desenvolvimento rural.

Assim, à função clássica da extensão, de estender conhecimentos e tecnologias e de trabalhar com aspectos produtivos e educação, agregam-se outras demandas e funções que vão além do setor agrícola, sendo elas de ordem intersetorial, necessitando de uma nova institucionalidade e competência, pois modelos únicos não darão respostas satisfatórias. A extensão rural poderá ser promotora de espaços para múltiplas formas de ação, de processos de aprendizagem

interativa (em que é vital a engrenagem entre os novos conhecimentos e os já existentes), de trabalho em redes e de negociação entre grupos heterogêneos de atores (LEEUIWIS, 2004; DEPONTI e SCHNEIDER, 2011).

Na situação analisada, a ação da extensão rural caracteriza-se muito mais por intervenção do que por mediação social, os projetos estão calcados em metas e necessitam de respostas e de resultados positivos para serem reconduzidos, sendo assim, escolhem-se os agricultores que apresentam maior capacidade de resposta, que possuam “fôlego” e condições de dar continuidade aos projetos. A política é preestabelecida, a proposta vem pronta e o produtor é enquadrado em uma situação, resultando na mesma lógica de intervenção planejada tão criticada.

Além disso, o projeto proposto ou imposto aos agricultores é realizado sem análise prévia de mercado, sem estudo da necessidade e da adequação do agricultor, sob uma política de destinação de recursos, levando às seguintes possíveis consequências: endividamento do agricultor; dificuldade de escoamento da produção (comercialização); falta de mercados previamente definidos e analisados.

Observou-se que o processo de mudança, no caso da diversificação, não considera a formação de redes de aprendizagem e de negociação e a importância de observar a capacidade do agricultor de se lançar para novas alternativas (espírito empreendedor) sem garantia nenhuma.

Para o caso em análise, uma das preocupações refere-se à continuidade dos projetos de diversificação após o término da política federal de destinação de recursos para estas áreas, pois não há referências de manutenção no longo prazo, tempo necessário para promoção de uma política de tal porte. Também se questiona a forma ineficaz de atuação no programas de diversificação, pois a política, após seu término, poderá deixar os agricultores de Dom Feliciano ainda mais pobres.

No entanto, embora exista uma “miríade de proposições analíticas e metodologias” tratando do debate sobre o desenvolvimento em áreas rurais, das funções das políticas públicas, do lugar dos atores sociais e

das atribuições dos mediadores, infelizmente concluiu-se a persistência da ação *top down* das políticas e/ou programas de desenvolvimento (SCHNEIDER, 2011). A ideia de que o desenvolvimento pode ser implementado ou fomentado ainda se mantém e na prática os projetos são desenvolvidos por *experts* e aplicados a beneficiários, conformando um modelo de intervenção linear e determinista.

O programa de diversificação proposto pelo MDA, no qual Dom Feliciano é piloto, configura-se intimamente com a expressão de North, as instituições têm uma “dependência de trajetória/caminho” (*path dependency*), ou seja, o modelo original de extensão continua como um espectro sobre a estrutura institucional e sobre as mentes dos técnicos. O peso da trajetória percorrida torna-se um fardo, uma vez que essa bagagem necessita ser substituída para dar conta das novas dinâmicas territoriais e desafios ao desenvolvimento rural.

O modelo de ação, os métodos e os objetivos que caracterizam os programas de diversificação, em algumas situações, ainda estão baseados em uma intervenção de "cima para baixo". Os programas são específicos e desenhados a partir do órgão de fomento, no caso MDA, muitas vezes não correspondendo às necessidades locais e não promovendo o envolvimento do público-alvo, gerando, conseqüentemente, falta de comprometimento e de participação efetiva. O desenvolvimento rural, com frequência, é visto como uma meta a ser alcançada, estando marcado pela presença de agentes externos destinados a "desenvolver" comunidades (DEPONTI, 2010).

De acordo com Perondi e Schneider (2012), uma proposta de diversificação produtiva consiste, basicamente, em tirar o foco das ações sobre variáveis como a disponibilidade de recursos ou sua capacidade de exploração e uso pelos beneficiários e privilegiar o fortalecimento dos meios e modos que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem. Isso implicaria criar mecanismos de diversificação das opções e das estratégias de trabalho e de renda, estimulando assim sua resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades.

Portanto, significa focar naqueles que apresentam maior dificuldade de mudança; destinar maior espaço no tempo para sua efetivação; planejar o montante de recursos necessários para que a mudança ocorra e possa se estruturar, o que exige tempo e recursos suficientes. Não há fórmulas mágicas para que o processo de diversificação produtiva seja uma realidade, mas há ações que precisam ser efetivadas.

III. Algumas considerações para não concluir, mas para refletir

Ao longo do trabalho buscou-se pontuar aspectos relacionados ao papel da extensão rural no processo de diversificação produtiva em áreas de tabaco. Concluiu-se que a extensão rural tem papel primordial neste processo, podendo potencializar essas alternativas, tornando-se relevante a análise entre esses serviços e sua relação com os agricultores produtores de tabaco. Nesse sentido, uma conclusão fundamental deste estudo é o fato de que, dentre as famílias produtoras de tabaco, as mais pobres em termos econômicos, culturais e de relações sociais são também as menos atendidas pelos serviços de extensão rural oficiais, configurando o paradoxo – os que mais necessitam de assistência técnica são os que menos acessam o serviço.

A participação dos agricultores nos programas e/ou políticas de diversificação ocorre por pré-seleção, basicamente em função das condições financeiras para manutenção ou desenvolvimento da atividade, ou por demanda do próprio agricultor, demonstrando o despreparo na implementação de várias atividades que não passam por estudo de mercado e não leva em consideração o saber-fazer do agricultor. Além disso, verificou-se que é falha a ideia de um modelo único de produção e de intervenção, pois a realidade social é bastante diversa. Embora os agricultores tenham em comum o fato de serem produtores de tabaco, esta homogeneidade de cultura produtiva não implica, por consequência, uma homogeneidade social das unidades produtoras e menos ainda das famílias, dos projetos e dos desejos dos membros das famílias.

A ação da extensão rural ainda está focada na intervenção, propiciando poucas relações de interface e de mediação social. Portanto, a mudança

de mentalidade não deve ocorrer apenas entre os agricultores, mas, talvez, a questão mais difícil seja a mudança da mentalidade institucional (governo federal – MDA e a própria extensão rural). Quando se trata de desenvolvimento, há necessidade de um despir-se, todos irão aprender durante o processo, todos devem estar abertos a mudança, a quebra de paradigmas e de tabus. O aprendizado coletivo será o foco, as idas e vindas serão contínuas, os avanços e os retrocessos são inerentes, a capacidade de adaptação é uma constante, receitas não são efetivas, respostas prontas não existem.

Além disso, concluiu-se também que o tabaco faz parte do cotidiano dos agricultores, estando impregnado na região de tal forma que muitos afirmam “o tabaco é a minha vida” dificultando, assim, a implementação do processo de diversificação produtiva. O grau de dependência do cultivo é tão alto que, de modo geral, se apresenta uma utopia esperar reações contrárias ao tabaco por parte dos agricultores. O sistema integrado de produção de tabaco entra em conflito com a essência da coprodução, com a relação de pertencimento, com a identidade, colocando o agricultor em um círculo de dependência, de acomodação, de insatisfação e de baixa autoestima.

Referências

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Paulo: edUFSCar, 2004, p. 43-65.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**. (Tese)Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.274 f.

DEPONTI, C. M. ; SCHNEIDER, S. Reposicionando a extensão rural: da intervenção planejada à construção de interfaces. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 49. Belo Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte/UFBH: SOBER/, 2011.

DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. Mediação social nos projetos de desenvolvimento rural: reflexão teórica e contextualização do caso brasileiro. In: MANZANAL, Mabel e NEIMAN Guillermo. (Orgs.). **Las agriculturas familiares Del MERCOSUR: trayectorias, amenazas e desafios**. Ediciones; Ciccus, 2010, p. 21-44.

ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. **Produção do tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

ETGES, V. Os desafios da Agricultura Familiar frente ao Mercado Institucional de Alimentos (PAA/PNAAE), em tempos de Inovação. Palestra Semana do Empreendedor. Escola Família Agrícola Santa Cruz do Sul, 2012.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 457 p.

GREGOLIN, A. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília: MDA, 2010. 36p.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.

LEEuwIS, C. **Communication for Rural Innovation: rethinking agricultural extension**. Nettherlands: Blackwell Science, CTA, 2004. 410 p.

LIMA, R. G. Por que os projetos alternativos à fumicultura não vêm se tornando prioridade entre os agricultores do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul? In: **Desenvolvimento em Questão**, ano 10, n. 19, p. 156-175, jan./abr. 2012.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el ator. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007. 504 p.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. London: LongmanScientific&Technical, 1994. p. 2-90.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p. 147-168.

OLIVEIRA, V. L. **A impossível simetria**: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais. 207 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. In: **REDES**, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.

PLOEG, J. D. et al. Rural Development: from Practices and Policies Towards Theory. In: **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

_____. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. Trajetórias de desenvolvimento rural: uma pesquisa comparativa internacional. In: **Sociologias**, ano 13, n.27, p. 114-141, mai/ago 2011. Porto Alegre. PPGS/UFRGS. 424 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM FELICIANO. www.domfeliciano.rs.gov.br/municipio/6/dadosgerais.htm. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

ROS, C. J. C. **Capital social e luta simbólica – o caso da Red Puna: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina.** (Dissertação) Mestrado – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 278 p.

RUDNICK, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil.** (Tese) Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. 181 f.

SARDAN, J. P. O. de. **Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social.** Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

SOUZA, R. S. . **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural.** 1. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012. v. 1. 275p.

SOUZA, S. T. **Utilização da reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários no aprimoramento do processo de planejamento estratégico participativo da EMATER-RS.** (Monografia) Especialização. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. 216 p.

SCHNEIDER, S. **Ciências Sociais e Desenvolvimento: apresentação.** In: **Sociologias**, ano 13, n.27,p.14-23,mai/ago 2011.

SILVA, J. G. da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** In: **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SINDITABACO. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br>. Acesso em julho de 2013.

VARGAS; OLIVEIRA. **Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação: análise comparativa da viabilidade.** In: ENCONTRO REGIONAL DE ECO

NOMIA, 8., 2010, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ANPECSUL, 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/10.pdf> >. Acesso em: 10 ago. 2011.

VOGT. O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849 – 1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 283 p.

Artigo recebido para publicação em:

22 de julho de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

16 de outubro de 2013.

Como citar este artigo:

DEPONTI, Cidonea. “A Extensão Rural e a Diversificação Produtiva da Agricultura Familiar em Áreas de Cultivo de Tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 2, p. 176-213, 2013.